

A revolução burguesa no Brasil

Eduardo Perondi

*Graduando em Ciências Sociais na UFSC. Bolsista de Iniciação Científica pelo PIBIC/CNPq
no Núcleo de Estudos em Comportamento e Instituições Políticas (NECIP).*

eduperondi@gmail.com

Resumo

Este artigo busca fazer algumas considerações sobre a maneira como Florestan Fernandes entende a dinâmica das classes sociais no processo de modernização do Brasil, com base no livro “A Revolução Burguesa no Brasil”. Nesta obra, Florestan desenvolve uma análise sociológica da formação da sociedade brasileira tendo em vista a compreensão dos elementos que compõe o pano de fundo da realidade social, o que permitiria compreender também as transformações recentes em âmbito econômico, político e social. O autor enfatiza a diferença entre o processo que consolidou o poder burguês no Brasil e o modelo clássico de revolução burguesa. Se na França a hegemonia da classe burguesa se deu através de um processo de transformação profundo nas estruturas econômicas e políticas da sociedade, no Brasil o que ocorreu foi um processo de recomposição das estruturas de poder entre a oligarquia e a burguesia emergente, através da conciliação dos interesses dessas duas classes. Tal condição permitiu a associação entre o modelo burguês de dominação e os procedimentos autocráticos e conservadores da oligarquia, o que tornou o Estado brasileiro numa instituição avessa à participação democrática da população. Contudo, Florestan enfatiza que se a burguesia brasileira não cumpriu com todos os requisitos de uma revolução burguesa, isso se explica pelo fato de que a transformação que estava em voga era apenas na economia, pois no âmbito político era preciso manter os laços de dependência e subserviência para com as nações capitalistas centrais. A seção final do artigo também apresenta um breve relato sobre os principais comentários suscitados pela obra de Florestan no meio acadêmico, onde são analisados os aspectos teóricos e metodológicos da mesma.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Revolução burguesa. Capitalismo dependente. Conciliação de classes.

A interpretação de Florestan Fernandes

Pensado inicialmente para ser uma obra bastante didática e acessível para os leitores, o livro “A Revolução Burguesa no Brasil”, de Florestan Fernandes, tornou-se bastante complexo, constituindo certamente uma das principais análises já realizadas sobre a formação da sociedade brasileira. O intento do autor era dar uma resposta à situação política por que passava o país em meados da década de 60, através do exame detalhado do processo que culminou com o golpe militar no ano de 1964. Mas não se tratava simplesmente de dar uma resposta política a esse fato. Para Florestan o que importava era elaborar uma explicação sociológica que superasse a visão conformista e desenvolvimentista apresentada pela classe dominante através de suas elites intelectuais. Para ele, o pressuposto inicial da análise é tratar o golpe não de maneira isolada como

faziam alguns daqueles, mas sim entender o processo histórico das transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram desde o início da consolidação da hegemonia burguesa na sociedade brasileira.

O processo de revolução burguesa no Brasil, da forma como é entendido por Florestan Fernandes, tem início basicamente no período que compreende a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República. Essa fase marca historicamente o início da modernidade brasileira, pois até então a economia colonial e manufatureira era predominante. A alteração do sistema econômico foi o primeiro aspecto revolucionário dessa fase de transformações pela qual o Brasil atravessaria, haja vista que a partir dela foram se engendrando novas necessidades que tornaram inviável a estrutura que até então vigorava. A própria Abolição da Escravidão se deu – não só – mas principalmente porque o sistema de exploração escravista já não dava conta de atender as demandas produtivas que estavam emergindo, e sua supressão era uma das condições fundamentais para a consolidação do modelo burguês de sociedade. O mesmo pode ser dito da Proclamação da República: ela significou uma grande ruptura no sentido de que esboçou a possibilidade de desenvolvimento nacional, uma vez que com o fim do Império o poder passaria a ser organizado – ao menos em tese – internamente, constituindo maior poder de decisão e autonomia à nação, tal como havia ocorrido nos países capitalistas centrais (França, Inglaterra). Posteriormente ficará claro que o modo pelo qual esse modelo econômico foi aqui implantado, bem como as condições estruturais do capitalismo brasileiro, impediu o desenvolvimento interno independente do Brasil.

Florestan Fernandes ressalta que no período em questão, fins do século XIX e início do século XX, a mudança no padrão econômico era uma necessidade do sistema capitalista. A expansão do modelo de produção industrial – já vigente nos países centrais do capitalismo – aos países periféricos fazia parte da evolução interna que estava se desenvolvendo no sistema de capitalismo competitivo. Essa competição por mercados que ocorria entre os países desenvolvidos colocou-lhes como necessidade a procura por novos pólos consumidores para além daqueles que já existiam, caso contrário a produção industrial corria o risco de exceder a demanda e com isso provocar recessões econômicas. Sob essa perspectiva, as colônias européias, especialmente as americanas, que até então lhes serviam apenas como fornecedores de matéria-prima,

passaram a ser vistos como mercados consumidores potenciais, precisando para tanto de apenas alguns ajustes estruturais. Evidentemente que a abolição do sistema escravista nesses países era uma condição fundamental, pois para que se criasse um mercado consumidor nessas nações era essencial que se instituísse o trabalho assalariado, caso contrário as pessoas não teriam dinheiro para poder consumir. Da mesma forma, para que esses países periféricos tivessem condições de consumir os produtos dos países centrais, teriam que eles próprios desenvolverem seu parque industrial para se inserirem na economia capitalista, tendo como objetivo vender alguns de seus produtos (exportar) para gerar dividendos.

Ao mesmo tempo em que essa necessidade de industrialização tornava-se latente, as classes dominantes fomentavam a necessidade de fazer com que isso não implicasse também na criação de condições objetivas para que a nação rompesse com os laços de dependência, através de uma revolução de caráter nacionalista. Nesse sentido, as medidas que foram levadas a cabo visavam unicamente preparar o terreno para que a revolução econômica no Brasil fosse acelerada ao máximo, tomando o cuidado de engessar qualquer possibilidade de revolução política que poderia fazer parte do mesmo processo.

Segundo Florestan, isso se deve ao fato de que o tempo econômico e o tempo político da revolução burguesa brasileira foram desagregados. Diferente do modelo clássico de revolução burguesa (França), onde o avanço dos aspectos econômicos se dava concomitantemente com os avanços de aspectos políticos, no Brasil esses últimos estrategicamente foram deixados de lado, exaltando-se somente a necessidade de aceleração do processo econômico. Essa diferenciação do modelo brasileiro pode ser analisada sob a perspectiva de dois elementos fundantes. O primeiro reside no fato de que o Brasil simplesmente não apresentava as mesmas condições e processos econômicos que existiam nas nações centrais do capitalismo. A heterogeneidade da sociedade brasileira tornava as diversas regiões do país em centros de produção extremamente desiguais, fazendo com que alguns fossem muito atrasados em relação aos outros. Esse desenvolvimento desigual do Brasil favorecia a reafirmação da sua condição de sociedade subdesenvolvida, pois os setores econômicos possuíam distintas formas de produção, o que impossibilitava a adoção homogênea do modelo de produção industrial. O segundo aspecto diz respeito à forma como estavam organizadas as forças

contestatórias do poder no Brasil. Se nas revoluções burguesas européias as camadas sociais desfavorecidas (campesinato, proletariado) apresentavam-se como grupos capazes de exercer forte pressão nas estruturas de poder, o mesmo não aconteceu no caso brasileiro, ao menos não com a intensidade necessária. Essa pressão era importante no sentido de que através dela podia-se exigir que a revolução burguesa avançasse em algumas questões, estruturais inclusive, e que incorporasse algumas das demandas dessas outras classes que lhe exerciam coação. Nos países periféricos, devido à sua condição de maior heterogeneidade, as classes baixas não possuíam capacidade de se organizar de tal maneira que se conseguisse alcançar conquistas políticas efetivas. Em decorrência disso, a classe que se tornou hegemônica estabeleceu uma forma de dominação centrada unicamente nos privilégios da pequena minoria que a compunha, em detrimento da maioria. Segundo Florestan, isso não se deu ao acaso, haja vista que o retardo do tempo político era a condição necessária para que o tempo econômico fosse aprofundado.

Contudo, é preciso ter clareza de que se a revolução burguesa no Brasil não alcançou os mesmos resultados e não atingiu o mesmo estágio de desenvolvimento tal qual havia acontecido nas históricas revoluções européias, isso não se deve unicamente ao patamar atrasado pelo qual a sociedade brasileira se encontrava. O simples fato de o capitalismo existente no Brasil não apresentar as mesmas condições estruturais e funcionais de que dispunham aquelas nações por si só já inviabilizaria a possibilidade de atingir um desenvolvimento igual àqueles. Porém, o que se busca destacar aqui é que o modelo econômico a que o país foi submetido, sob o pretexto da modernização e desenvolvimento industrial, não apresentava os mesmos pressupostos e mecanismos dos modelos que foram implantados nos países capitalistas centrais. Essa versão brasileira do padrão econômico não visava sob aspecto algum o desenvolvimento interno do Brasil. As inovações tinham como objetivo proporcionar o crescimento da economia aliado à manutenção das relações de dependência com as economias centrais. Mas não foram criadas novas situações de mercado que fugissem do esquema importação/exportação controlados de fora do país, que era a premissa da economia colonial brasileira, e que a configuravam como uma nação subordinada na relação imperialista. A mudança que ocorria na economia se dava simplesmente pela substituição das antigas formas de dependência por outros mecanismos que instituíam novas formas de dependência. As relações econômicas do Brasil com o exterior não se

alteraram, mas apenas modificou-se a qualidade da dependência, que permaneceu inabalada. Segundo Florestan,

“a modernização econômica associada à extinção do estatuto colonial e à implantação de um Estado nacional independente não tinha por fim adaptar o meio econômico brasileiro a todos os requisitos estruturais e funcionais de uma economia capitalista integrada, como as que existiam na Europa. Os seus estímulos inovadores eram consideráveis, mas unilaterais. Dirigiam-se no sentido de estabelecer uma coordenação relativamente eficiente entre o funcionamento e o crescimento da economia brasileira e os tipos de interesses econômicos que prevaleciam nas relações das economias centrais com o Brasil”.(FERNANDES, 1987, P 94.)

A instauração dessa economia neocolonial era uma das prerrogativas do Estado nacional, que agora passara a ser controlado, administrativa e também politicamente pelas elites locais que, apesar de nativas, mantêm um vínculo direto com os interesses estrangeiros.

O fator fundamental que permitiu à economia brasileira conciliar por um bom período a acumulação neocolonial e a acumulação capitalista foi certamente o modelo de recomposição das estruturas de poder que ocorreu nesse país. A revolução burguesa não se deu através de uma ruptura violenta com a ordem vigente, como foi o caso da Revolução Francesa, por exemplo. Tampouco houve um embate direto entre a classe que detinha a hegemonia econômica e a nova classe que estava emergindo desse novo processo. Outro fator interessante de observar é que a aristocracia (classe dominante) também não atravessava um momento de crise que a deslegitimasse enquanto detentora do poder.

A burguesia brasileira não se constituiu inicialmente como uma força política revolucionária, dotada de capacidade de empreender a suplantação da hegemonia oligárquica através de uma insurreição. Ela surgiu como uma consequência imediata da sociedade de classes, mas sem assumir o papel de “salvar” a sociedade das forças que estavam no poder. O papel que ela se propôs a desempenhar era claramente o de tirar o máximo de vantagem possível das desiguais condições da sociedade brasileira. A transformação social que ela se propunha a desempenhar era orientada por esses interesses, “preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora”. (FERNANDES, 1987, pg 205.) A não ocorrência de um confronto direto entre a burguesia e a aristocracia devia-se também, segundo Florestan, ao fato de a origem da maior parte dessa burguesia ser também rural,

e que através dessa socialização com a oligarquia ela naturalmente havia absorvido muitas das suas características e as reproduzia no seu meio. Nas palavras de Florestan, a burguesia até

“podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizando em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político. O conflito emergia, mas através de discórdias circunscritas, principalmente vinculadas a estreitos interesses materiais, ditados pela necessidade de expandir os negócios. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história. Além disso, o mandonismo oligárquico reproduzia-se fora da oligarquia. O burguês que o repelia, por causa de interesses feridos, não deixava de pô-lo em prática em suas relações sociais, já que aquilo fazia parte de sua segunda natureza humana”. (FERNANDES, 1987, P 205.)

Dada nessas condições, a recomposição das estruturas de poder permitiu que fossem asseguradas tanto as fontes de acumulação pré-capitalistas quanto as novas condições de acumulação propriamente capitalistas.

A sobrevivência e a posterior modernização pela qual a oligarquia passou tem origem na nova gama de oportunidades que surgiram no momento em que a burguesia toma o Estado e o coloca a serviço dos seus interesses. Diferente de outras burguesias, a brasileira se unificou no plano político, e isso permitiu que a oligarquia se renovasse. Outro elemento que contribuiu significativamente para a afirmação dos valores oligárquicos foi a representação que a burguesia fazia do seu próprio papel dentro da sociedade. Influenciada pelos ideais de revolução nacional e democracia, a burguesia brasileira vangloriava-se de ter posto em prática algo tão louvável quanto aquilo que a Revolução Francesa instituíra. Ao mesmo tempo, internamente ela reproduzia uma organização social extremamente elitista herdada dos tempos do Império. No momento em que essa sociedade passou a acirrar suas contradições, a burguesia não teve outra forma para controlar os ânimos senão através dos mecanismos oligárquicos de repressão. A recomposição conservadora das estruturas de poder deve-se também, de acordo com Florestan, à fraca capacidade modernizadora da burguesia brasileira. Segundo o autor, ela não conseguia vislumbrar alterações na estrutura social, e suas inovações circunscriviam-se à esfera da produção e das atividades econômicas. A própria influência modernizadora externa circunscrevia-se à esfera econômica, justamente para impedir que a estabilidade política sofresse qualquer ameaça das idéias de revolução nacional.

Florestan afirma que foi a oligarquia quem determinou quais seriam as condições da dominação burguesa na sociedade brasileira. No processo de evolução da dominação burguesa houve

“entrechoques de conflitos de interesse da mesma natureza ou convergentes e de sucessivas acomodações, e é nele que repousa o que se poderia chamar de consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil. Foi graças a ela que a oligarquia – como e enquanto oligarquia ‘tradicional’ (ou agrária) e como oligarquia ‘moderna’ (ou dos altos negócios, comerciais-financeiros mas também industriais) – logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão da dominação burguesa”.(FERNANDES, 1987, P 209.)

Então, apesar de todos os requisitos ideais que permeavam o imaginário da burguesia brasileira (revolucionários, nacionalistas), na prática quem definiu as roupagens que a dominação burguesa iria adotar foi a classe oligárquica. Esse aspecto ganha importância na medida em que se observa que nas revoluções européias a oligarquia foi expurgada da sua condição hegemônica, sendo destituída pela classe burguesa emergente. No caso brasileiro, o aspecto conciliador e pactual da reestruturação do poder fez com que ela, além de não ser destituída, pudesse criar condições que realocaram-na a uma posição central no controle social juntamente com a própria classe burguesa.

As implicações que isso gerou para a dominação burguesa foram numerosas e qualitativamente significantes. Primeiramente cabe ressaltar que permitiu à burguesia manter um amplo controle de todos os setores da sociedade brasileira (econômicos, políticos, sociais), pois apesar da grande heterogeneidade social do Brasil, o acordo tácito com a oligarquia permitia-lhe alcançar desde condições de desenvolvimento atrasado (onde o padrão aristocrata ainda era predominante) até as zonas urbanas que passavam por uma acentuada expansão econômica (e que já haviam assimilado o padrão burguês de desenvolvimento). No entanto, a dimensão mais importante dessa reestruturação de poder, segundo Florestan, foi sem dúvida a associação do padrão burguês de dominação com os procedimentos autocráticos e conservadores da oligarquia, que tornou o regime impermeável à instauração de mecanismos democráticos de participação política. Havia um acordo entre as elites para manter essa autocracia, e isso significava a negação de qualquer possibilidade de tornar o Estado numa instituição democrática e nacional, tal qual era pregado pela ideologia burguesa. A democracia burguesa que passou a funcionar no Brasil era extremamente restrita

àqueles que pertenciam à minoria que detinha o poder. Para evitar que as massas conquistassem espaço político próprio dentro da ordem, a classe dominante mobilizou o seu aparato repressivo para oprimir, coibir e condicionar qualquer forma de reivindicação.

“A pressão posta em prática, de maneira tão brutal e ostensiva – e fora de qualquer consenso ou legitimidade civil e política – exigia que se entendesse sociologicamente as estruturas e dinamismos de uma sociedade de classes que não chegou a completar a sua revolução nacional, ao nível da distribuição da riqueza, da participação dos direitos civis e do funcionamento das instituições políticas, o que a tornou incapaz de promover a democratização do controle do Estado pela população (ou por sua maioria econômica e politicamente ativa).” (FERNANDES, 1978, pg 203.)

Sobre as condições e as possibilidades de ação da burguesia brasileira, Florestan Fernandes refuta a idéia de que ela seria débil e incapaz de levar a cabo o processo revolucionário que lhe é inerente. Ele destaca que o grau de vulnerabilidade maior ou menor que pode caracterizá-la depende muito do tipo de atuação que as demais classes desempenham contra a sua hegemonia, e no caso do Brasil especialmente é destacado que a burguesia nunca se viu ameaçada. A análise das diferentes burguesias mostra de forma nítida que nem todas possuem como tarefa histórica liderar a revolução nacional. Pelo contrário, muitas delas têm como função simplesmente criar as condições para a transformação capitalista preservando as relações de dependência e subserviência às nações hegemônicas. Segundo Florestan,

“certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para a ‘transformação capitalista’ e a ‘revolução nacional e democrática’. O que quer dizer que a revolução burguesa pode transcender à transformação capitalista ou circunscrever-se a ela, tudo dependendo das outras condições que cerquem a domesticação do capitalismo pelos homens. [...] Sob o capitalismo dependente a revolução burguesa é difícil – mas é igualmente necessária, para possibilitar o desenvolvimento capitalista e a consolidação da revolução burguesa. E é inteiramente ingênuo supor que ela seja inviável em si e por si mesma.” (FERNANDES, 1987, pg 214.)

Mesmo que o grau de organização de uma burguesia seja baixo, isso não impede que ela se torne hegemônica, tanto economicamente quanto social e politicamente. A explicação para tal condição reside na existência de suportes institucionais (políticos, econômicos, militares, culturais) – muitos dos quais de origem externa, que asseguram a dominação de classe do Estado. (FERNANDES, 1978, P 204) E essa dominação torna-se ainda mais apta na medida em que as forças contestatórias, oriundas das classes desfavorecidas, não conseguem estabelecer um grau de organização que lhes permita disputar os espaços de poder. É importante enfatizar que essa dificuldade de organização das massas também tem origem no próprio tratamento repressivo a que são submetidos pela classe dominante.

Análise de seus comentadores

Situar a importância de uma obra como “A Revolução Burguesa no Brasil” exige que se faça uma análise minuciosa de todas as idéias defendidas pelo autor para responder às questões que ele se propôs discutir. Porém, não menos importante é a análise do percurso teórico-metodológico percorrido por Florestan para que ele pudesse chegar a essas conclusões. Sendo assim, a validade de um trabalho científico pode ser traçada não só pela sua receptividade dentre os leitores, mas também pelo impacto e discussão que ela suscita dentro do meio acadêmico. Esse segundo aspecto será abordado nesta seção, através da reconstituição dos principais debates que essa obra produziu entre seus comentadores.

Emília Viotti da Costa resume em quatro aspectos principais a contribuição do livro de Florestan. O primeiro é o caráter inovador que o modelo de interpretação da sociedade brasileira apresenta. O segundo aspecto diz respeito à habilidade com que o autor lida com as categorias marxistas de análise, cujo rigor metodológico evitaria que ela declinasse para uma interpretação demasiado mecânica da formação social brasileira. O terceiro elemento refere-se à utilidade mesma da obra, que devido ao seu caráter objetivo e prático, ultrapassaria as fronteiras do círculo acadêmico e seria de grande contribuição para todos que por ventura se interessassem pela compreensão da política brasileira. O último apontamento chama a atenção para o fato de que, apesar de circunscrever a análise à sociedade brasileira, algumas das conclusões alcançadas por Florestan podem ser estendidas a outros países que tiveram um desenvolvimento histórico semelhante ao do Brasil, principalmente os latino-americanos. (VIOTTI DA COSTA, 1978, P. 176.)

Outro aspecto importante ressaltado é que Florestan procura entender as mudanças nas características da sociedade brasileira através da dinâmica social daqueles que a construíram e estabeleceram a sociedade de classes no Brasil.(ARRUDA, 1996, P. 59.) Isso não significa que ele tenha ignorado a importância do desenvolvimento histórico do país, que sempre esteve numa condição de dependência em relação às nações hegemônicas capitalistas. O que ele fez foi simplesmente analisar esse aspecto a partir do modo como ele foi absorvido internamente na sociedade brasileira pelos agentes que estavam encabeçando essa transformação. A implicação conceitual dessa opção metodológica consiste em dar o mesmo tratamento tanto para os valores e instituições

quanto para as estruturas econômicas e sociais envolvidos. (VIOTTI DA COSTA, 1978, P. 180.)

A originalidade dessa obra está, segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda, na combinação de diferentes concepções teórico-metodológicas. Isso apenas enriquece a compreensão na medida em que

“não se trata de assimilação indiferenciada das contribuições, mas do estabelecimento de uma síntese própria capaz de render frutos no processo de interpretação, permitindo ao autor chegar a conclusões originais”. (ARRUDA, 1996, pg 63.)

Isso por que

“em Florestan o que importa fundamentalmente são os procedimentos de análise da realidade, os modos de se enfrentar a realidade pela via do pensamento analítico. As questões metodológicas subordinam a si as questões propriamente teóricas da construção dos grandes arcabouços conceituais”. (COHN, in: ARRUDA, 1996, pg 63.)

Essa mescla de diferentes tradições teóricas pode ser observada na própria estrutura em que o texto foi dividido. Na primeira parte, onde ele contextualiza a reestruturação produtiva da economia brasileira e as condições diferenciadas que marcaram a emergência da classe burguesa, percebe-se a predominância da terminologia weberiana – ação social, racionalismo econômico, etc. A segunda parte, que analisa a formação da ordem social competitiva no Brasil, serve como elo que faz a ligação e prepara para a mudança teórica que acontece na terceira parte do livro. Nessa última parte, o centro da pesquisa se volta para o entendimento da estrutura dependente do modelo capitalista brasileiro, enfatizando o caráter classista do modelo burguês. Para empreender essa tarefa,

“Florestan passa a trabalhar, predominantemente, com a noção de padrão de acumulação e com a teoria do imperialismo, numa clara assimilação de uma vertente do marxismo e num diálogo nítido com a economia”. (ARRUDA, 1996, pg 60.)

Arruda faz questão de enfatizar que apesar de a terceira parte do livro se valer muito da concepção materialista histórica para explicar as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, algumas das categorias apresentadas na primeira parte continuam presentes. Isso refuta a possibilidade de ter havido uma ruptura teórica ao longo da obra, sendo que segundo a sua compreensão, “A Revolução Burguesa no Brasil” constitui-se como uma densa obra de interpretação sociológica, escrita por um

sociólogo que aliou “uma sólida formação teórica a técnicas diversas de pesquisa”. (ARRUDA, 1996, pg 63).

Analisando a fundamentação do discurso presente nessa obra, Paulo Silveira visualiza dois níveis principais que são referenciais sob os quais se sustenta a argumentação: Estrutura e História. Pelo primeiro termo entende-se a configuração da sociedade brasileira, que sob a ótica de Florestan Fernandes apresenta duas características: o aspecto capitalista da estrutura (que implica numa sociedade dividida por e em luta de classes) e o aspecto dependente desse capitalismo (oriundo da fase de expansão do capital e que gerou a dominação externa). Essa estrutura também seria marcada por uma dupla articulação econômica: interna e externa. Nesse aspecto, a grande contribuição de Florestan, segundo Silveira, não estaria em revelar essa dupla articulação, mas sim em mostrar como elas se relacionam e complementam. Segundo ele, “o externo [...] ganha poder explicativo quando é pensado como fazendo parte mesmo da estrutura interna, ou seja, o externo é um determinante essencial das condições internas”. (SILVEIRA, 1978, pg 187.)

Esse fator impede que se pense então em autonomia da burguesia nacional, haja vista que sua gênese mesma é externa.

Por História entende-se o modo como as classes sociais vivenciam essa estrutura referida, tendo a possibilidade de fortalecê-la ou mesmo de subvertê-la. A análise de Florestan mostra como a possibilidade de subversão não se concretizou, sendo que só o fortalecimento da estrutura se colocou como realidade histórica.

Sobre Estrutura, Florestan ressalta seu caráter contraditório, mas toma o cuidado de não fazer uma leitura mecanicista que considere a estrutura como determinante e as relações de classe como sendo invariavelmente determinadas. Ele afirma que de fato a estrutura é determinante à história, mas faz questão de enfatizar que a história sempre carrega consigo a possibilidade da não-realização dessa determinação estrutural.

Enfim, muitas outras considerações podem ser feitas além destas aqui destacadas. Isso porque a densidade de “A revolução burguesa no Brasil” não permite que se faça uma análise sintética de toda a discussão que nela se encerra. Essa é uma característica peculiar de todas as grandes obras que tornaram-se referência e são leitura obrigatória

para aqueles que procuram entender a formação histórica da sociedade brasileira, cuja obra de Florestan Fernandes contribui significativamente para elucidar.

Referências bibliográficas:

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Arremate de uma reflexão: A revolução burguesa no Brasil de Florestan Fernandes*. Revista USP. São Paulo, 1996.

COHN, Gabriel. *O Eclétismo bem temperado*. Citado em: ARRUDA, 1996.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara: 1987.

_____. *Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica*. In: FÉLIX, Moacir (org.). *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1978.

SILVEIRA, Paulo. *Estrutura e História*. In: FÉLIX, Moacir (org.). *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1978.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *A Revolução Burguesa no Brasil*. In: FÉLIX, Moacir (org.). *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1978.